



DECRETO N.o. 6517 de 08 de julho de 1981

**DÁ DENOMINAÇÃO A PRAÇAS E VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS.**

O Prefeito do Município de Campinas, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo item XIX do artigo 39 do Decreto-lei Complementar Estadual N.o. 9, de 31 de dezembro de 1969 (Lei Orgânica dos Municípios),

DECRETA:

Artigo 1o. - As praças e ruas abaixo descritas e caracterizadas, passam a denominar-se:

I - "PRAÇA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL" a praça sem denominação da Vila Mimosa, circundada pelas Ruas das Azaleas, das Cravinas e das Magnólias.

II - "PRAÇA JESUINO DO MONTE CARMELO" a praça sem denominação do Jardim Boa Esperança, situada no quarteirão 1.972 do Cadastro Municipal, circundada pelas Ruas João Quirino do Nascimento e Artur M. de Castro.

III - "RUA PASTOR ALFREDO ARMANDO CARLS-TROM" a Rua Projetada da Vila Nova, situada entre o quarteirão 545 do Cadastro Municipal e Parque Infantil Dr. Mário Gatti, com início na Rua João Batista Signori e término na Rua Dom Francisco de Aquino Correia.

IV - "RUA JOSÉ MAURÍCIO GARCIA" as Ruas 5 do Jardim Monte Líbano e 8 do Jardim Esmeraldina, com início na Rua 2 do Jardim Monte Líbano e término na divisa do Loteamento Jardim Esmeraldina.

V - "RUA MONSENHOR BRUNO NARDINI" a Rua 9 do Jardim Samambaia, com início na Rua Vicente da Fonseca Ferrão e término na Rua 8 do Jardim Samambaia.

VI - "RUA VITOR MEIRELLES" as Ruas 1 do Jardim Maisa, 5 do Jardim Esmeraldina e 8 do Jardim Samambaia, com início na Rua Antonio Vicente de Paula e término na divisa do loteamento Jardim Esmeraldina

VII - "RUA FERNANDO PAES DE BARROS" as Ruas 3 do Jardim Monte Líbano e 10 do Jardim Esmeraldina, com início na Rua 2 do Jardim Monte Líbano e término na Avenida 2 do Jardim Esmeraldina.

VIII - "RUA GABRIEL RODRIGUES DOS SANTOS" as Ruas 4 do Jardim Monte Líbano e 9 do Jardim Esmeraldina, com início na Rua 2 do Jardim Monte Líbano e término na Avenida 2 do Jardim Esmeraldina.

Artigo 2o. - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campinas, 08 de Julho de 1981

**DR. JOSÉ ROBERTO MAGALHÃES TEIXEIRA**  
Prefeito Municipal em Exercício

**DRA. NEIDE CARICCHIO**  
Secretária dos Negócios Jurídicos

**ENGO. DARCY STRAGLIOTTO**  
Secretário de Obras e Serviços Públicos

Redigido na Secretaria dos Negócios Jurídicos (Consórcio Técnico-Legislativa da Consultoria Jurídica), com os elementos constantes do protocolado N.o. 11.282, de 16 de abril de 1981, em nome da Comissão de Nomenclatura de Vias e Logradouros Públicos, e publicado no Departamento do Expediente do Gabinete do Prefeito, em 08 de Julho de 1981.

**DR. HAMILTON DE OLIVEIRA**  
Secretário-Chefe do Gabinete do Prefeito



# 7 de Setembro, resultado de longo processo

O Dia da Pátria nasceu há 155 anos, na tarde de 7 de setembro de 1822, com o célebre grito de d. Pedro, à margem do riacho do Ipiranga:

"Amigos, estão para sempre quebrados os laços que nos ligavam ao governo português! Viva o Brasil independente! Será nossa divisa de ora em diante: Independência ou Morte!" A partir desta frase, nosso país passou a existir livre e soberano.

"A maioria dos historiadores afirma que a emancipação política do Brasil foi feita de modo quase pacífico, em contraste com a violência que caracterizou a libertação das colônias espanholas. E para que isso acontecesse, foi de vital importância a habilidade dos patriotas brasileiros — dentre eles José Bonifácio de Andrada e Silva, o "Patriarca da Independência" — na condução no movimento pró-libertação, iniciado no princípio de 1822. Colaborou também o fato de o Brasil ter abrigado, por mais de dez anos, a monarquia portuguesa. Foi um período de transição para nosso país que, embora não pudesse ser considerado independente, já não era mais uma colônia.

"Essa contradição, porém, mesmo antes da proclamação, já tinha desaparecido: poucos dias antes, a Maçonaria e a Câmara de Senado do Rio de Janeiro haviam proclamado a Independência, sem que d. Pedro soubesse. Desse modo, segundo alguns estudiosos, o episódio do Grito do Ipiranga passa à história como um símbolo, o gesto que faltava para oficializar a condição do Brasil de nação livre.

## AS LUTAS

Em um de seus escritos, o marechal Cordeiro de Farias afirmou que "a independência do Brasil, diferentemente da independência de outros países, foi obra da combinação entre colonizados e colonizadores. Entre portugueses e brasileiros".

Antes do movimento vitorioso de 1822, várias revoltas contra o domínio português se registraram em diferentes pontos do território, em diversas épocas, no decorrer dos quais a idéia de liberdade foi tomada com força e amadurecendo. E a violência com que a Coroa reprimia essas rebeliões só fazia aumentar o desejo de independência. "Nem prisões, nem exílios, nem enforcamentos foram capazes de deter a marcha do processo", escreveu um historiador.

O enforcamento de Tiradentes é um exemplo, assim como a morte do poeta Claudio Manuel da Costa, o desterro para a África do Sul ou prisão perpétua para outros acusados de envolvimento na Inconfidência Mineira. Poucos anos depois, em 1794, registrou-se no Rio de Janeiro outra tentativa de levante, com o objetivo de instalar um governo democrático e independente. E, quatro anos após, outro movimento emancipacionista aconteceu. Desta vez, o palco era a Bahia: a Conjuração Baiana, em 1798, tinha o propósito de implantar uma república, com liberdade e igualdade para todos. Os quatro principais envolvidos foram condenados à força.

Em 1817, a Revolução Pernambucana chegou a organizar um governo republicano, sob a forma de

junta governativa, integrada por representantes de várias camadas sociais — um padre, um militar, um comerciante, um advogado, um agricultor. Um conselho consultivo também foi formado por homens como Antonio Carlos Andrada, irmão de José Bonifácio.

Os Estados de Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas aderiram ao movimento e foram enviados emissários para os Estados Unidos, Inglaterra e Argentina, para tratar do reconhecimento. Mas as tropas reais conseguiram deter o movimento, executando os principais líderes.

## AS CAUSAS

Várias são as causas que originaram esse processo de libertação, dentre elas as de natureza política e econômica. Os colonos ficaram à mercê dos metropolitanos quanto à fixação de preços de produtos e tarifas de transporte de tudo o que era permitido produzir-se no Brasil, ou seja: deviam os colonos atender apenas as atividades agropecuárias e extrativas (gado, fumo, ouro, açúcar), para não fazer concorrência com a metrópole. A colônia não podia dedicar-se à produção de trigo, vinho e azeite. Tudo isso, aliado a muitos outros fatores, foram causas que contribuíram para entrar o desenvolvimento do país.

Politicamente, os revolucionários brasileiros foram influenciados pelos filósofos iluministas de ideais liberais e democráticos, além de fortemente impressionados pela independência dos Estados Unidos, ocorrida no ano de 1776, e da Revolução Francesa, em 1789.

"A eficácia dos dois movimentos — escreveu um historiador — exerceu efeito estimulante em toda a América. Daí por diante, os que se ressentiam do domínio colonial viam no exemplo dessas revoluções o caminho para a sua própria independência".

## INDEPENDÊNCIA

Completado com o 7 de Setembro, o processo de independência teve início em 1808, quando a monarquia portuguesa transferiu-se para o Brasil, devido à invasão de Portugal por ordem de Napoleão. Transformado em sede do governo real, nosso país começou a ser aparelhado para a vida de uma nação autônoma: vários órgãos administrativos foram criados; instalaram-se a Fábrica de Pólvora, a Academia Militar e o Arsenal do Rio de Janeiro. Ativou-se a vida cultural, com a implantação da Escola Superior de Cirurgia, da Imprensa Real, do Jardim Botânico, do Museu e Biblioteca Real. Com a fundação do Banco do Brasil, ampliaram-se as perspectivas econômicas com a possibilidade de funcionamento de indústrias, incremento da lavoura, pecuária e comércio.

No ano de 1808, quando os portos brasileiros foram abertos às nações amigas, eliminando assim a intermediação portuguesa, estavam lançadas as bases de nossa independência econômica e política. Em 1815, o Brasil foi elevado à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarve e, dessa forma, completou-se a nossa situação de superioridade perante a antiga metrópole.

## O MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO

Colocada em segundo plano, a ex-metrópole começou a reagir: iniciou-se a Revolução Constitucionalista de 1820, na cidade do Porto, que queria a substituição da monarquia absoluta pelo sistema constitucional, a volta da Corte e a reversão do Brasil à condição de Colônia. D. João VI teve então que partir, deixando em seu lugar, como príncipe-regente, seu filho d. Pedro. E partiu levando consigo a certeza da independência — o Brasil jamais se sujeitaria novamente à condição de colônia, tendo já experimentado a vida de nação livre.

As pressões portuguesas não tardaram em se fazer sentir: em fins de 1821, d. Pedro recebeu dois decretos da Corte. Um deles exigia a sua volta, "a fim de completar a sua educação política"; o outro dissolvia o governo central do Rio de Janeiro, estabelecendo subordinação direta de cada uma das províncias brasileiras ao governo de Lisboa.

A reação brasileira foi imediata. Surgiram os movimentos pró-independência, que queriam manter d. Pedro no Brasil e usá-lo como bandeira para unir as forças brasileiras que se opunham ao restabelecimento da opressão colonial.

A 9 de Janeiro de 1822, o presidente do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, José Clemente Pereira, chegou ao Paço da Cidade e dirigiu-se a d. Pedro: "Senhor, a saída de V. Alteza Real dos Estados do Brasil será o decreto fatal que sanciona a independência deste reino". Foi quando o príncipe decidiu: "Como é para o bem de todos e felicidade geral da Nação, estou pronto: diga ao povo que fico".

Enquanto isso, os Cortes de Lisboa insistiam em suas tentativas de recolonização. Até que, em fevereiro de 22, em nome da "conservação da integridade do Reino Unido, o governo brasileiro resolveu proibir o desembarque de tropas portuguesas.

Os líderes do movimento emancipacionista procuraram ganhar a confiança de D. Pedro. No dia 13 de maio, o príncipe regente foi agraciado com o título de "Defensor Perpétuo do Brasil", por iniciativa do Senado da Câmara do Rio e da Maçonaria.

D. Pedro já tinha sua opinião sobre esse problema, conforme carta escrita a seu pai: "É necessário que o Brasil tenha suas Cortes... As leis que são feitas tão longe de nós, por homens que não são brasileiros e que não conhecem as necessidades do Brasil, não poderão ser boas... O Brasil é um adolescente que diariamente adquire forças: é absurdo retê-lo debaixo da dependência do velho hemisfério...".

No dia 6 de agosto, d. Pedro assinou o "Manifesto às Nações Amigas" de autoria de José Bonifácio no qual eram apresentados os motivos pelos quais o Brasil havia decidido proclamar sua independência.

Assim, nossa liberdade já estava declarada. Mas a Maçonaria e o Senado já a haviam declarado na mesma semana do 7 de Setembro, quando aquele gesto de d. Pedro oficializou a independência, às mar-

gens do Ipiranga. Ao receber de um emissário novos decretos das Cortes de Lisboa, querendo impor-lhe seu regresso imediato, o príncipe se revoltou e decidiu quebrar para sempre os laços que nos ligavam ao governo português".

O primeiro país a reconhecer nossa independência foram os Estados Unidos (1823), depois Portugal (1825) em troca de dois milhões de libras esterlinas, a Inglaterra (1826) sob a condição de serem renovados, por mais quinze anos, o tratado de 1810. A América Espanhola não se opôs ao reconhecimento.

Alguns focos de rebelião foram registrados em algumas partes do país, que se opunham à nova situação. O bloqueio marítimo, efetuado por Lord Cochrane, acabou determinando a derrota e o embarque das forças lusitanas em julho de 1823.

De acordo com os historiadores, o processo de independência que teve início em 1808, terminou em 1831, com a abdicação de d. Pedro I: daí por diante, o controle do futuro do Brasil passou a ser exercido por brasileiros.

## MAÇONARIA E INDEPENDÊNCIA

O papel desempenhado pelo maçons no movimento pela independência foi o tema da palestra proferida na Grande Loja Macônica do Estado de São Paulo, pelo secretário de Trabalho, Jorge Maluly Neto, como parte das comemorações da Semana da Pátria.

O secretário disse, inicialmente, que "o dia sete de Setembro mais do que a independência política de nosso país, representou o início de uma era importantíssima, de grandes dificuldades e entraves pois na verdade, o Brasil-Colônia não possuía estrutura suficiente para se impor como nação independente. Para isso, faltava o mais importante: organizar a estrutura econômica, conscientizar o povo sobre a sua participação em um governo autônomo, consolidar a sua nascente soberania, defendê-la e impô-la perante as demais nações livres".

Essa participação do povo na administração de um país imenso, bruscamente retirado do domínio português, não foi nem poderia ser, imediata, aduziu o secretário.

O secretário passou a rememorar então, alguns fatos históricos que antecederam a proclamação da Independência. Assim já em 1815, com a fundação da Loja Macônica "Comércio e Artes", a idéia de independência começou a agitar os espíritos brasileiros. Em 1820 — enquanto em Portugal deflagrava-se a Revolução do Porto, que exigiu a volta de D. João VI a Lisboa, no Brasil os maçons sofriam tenaz perseguição. No ano seguinte porém, conseguiram organizar lojas pelos quatro cantos do País e em princípios de 1822, com a criação do "Grande Oriente", adquiriram formidável prestígio político.

"Nesse movimento maçônico, em prol da independência — ajuntou Jorge Maluly Neto — distingue-se uma figura extraordinária: Joaquim Gonçalves Ledo, que prestou valiosos serviços à causa da nossa Liberdade, preparando a Maçonaria para a luta política da qual resultou o Sete de Setembro".



## O Brasil completa hoje 139 anos como país independente

**H**Á 139 anos (7 de setembro de 1822), nas margens do Ipiranga, em São Paulo, o príncipe d. Pedro proclamou a independência do Brasil, em face da intenção das cortes portuguesas, que desejavam reduzir o Brasil — após o retorno da família real a Portugal — à condição anterior de simples colônia.

As cortes de Lisboa não viam com bons olhos o crescente progresso do Brasil e, como registra Rocha Pombo — em «História do Brasil», 7.º volume — «desenvolveram junto a d. João VI toda sorte de baixeiras para que voltasse o Brasil ao antigo regime colonial, e para isso ia Portugal aos poucos diminuindo a autoridade de d. Pedro que, meses depois da partida de seu pai (26 4 1821), estava, pode-se dizer, reduzido quase a simples governador da cidade do Rio de Janeiro».

### Revolta

Aos 5 de julho de 1821, as tropas portuguesas — se revoltaram contra o príncipe regente no largo do Rocio (Rio), exigindo juramento às bases da Constituição decretada em Lisboa (24 4 1821), no que foram atendidas.

Por decretos de 29 de setembro do mesmo ano, as cortes portuguesas suprimiam os mais importantes tribunais da capital brasileira e ordenavam que o príncipe regente transferisse o governo a uma junta, que ficaria subordinada diretamente ao Congresso de Lisboa, e retornasse à metrópole, «a fim de viajar e completar sua educação, pois, sua permanência no Rio, além de desnecessária, era indecorosa à sua alta gerarquia» (Veiga Cabral, «História do Brasil» — Curso Superior, 16.ª edição).

Contra o regresso do príncipe se opôs o povo brasileiro. Ao dar ciência ao príncipe do desejo dos brasileiros, Clemente Pereira, em seu discurso, afirmou: «O navio que reconduzir o príncipe real aparecerá no Tejo com o pavilhão da independência do Brasil.» d. Pedro, depois de algumas vacilações, ficou (9 1 1822).

### Represalias

Em 11 de janeiro de 1822, uma divisão auxiliar portuguesa chegava ao Rio e pretendia prender d. Pedro e levá-lo a Portugal. Dada a reação energética dos brasileiros, a embarcação zarpuo no dia 14 de regresso a Portugal. Nesse mesmo dia, d. Pedro nomeia José Bonifácio de Andrade e Silva ministro dos Negócios Estrangeiros. Dia 21, determina ele que as leis promulgadas em Portugal somente sejam cumpridas no Brasil com o seu visto.

Enfurecidas, as cortes portuguesas determinam a vinda de uma esquadra (7 navios, com 1.250 homens, sob o comando de Francisco Maximiliano de Sousa), a fim de conduzir d. Pedro, de qualquer forma, a Portugal. Essa esquadra, porém, chegou ao Rio dia 5 de março e teve de voltar a Portugal sem tocar, sequer, em qualquer outro porto do Brasil.

### O grito

Em 7 de março Portugal proíbe a remessa de armas e munições para o Brasil. Em 30 de abril, Gonçalves Ledo, no jornal «Reservado Constitucional Brasileiro», publica vigoroso artigo pedindo a d. Pedro para que proclamasse a independência do Brasil.

ro», publica vigoroso artigo pedindo a d. Pedro para que proclamasse a independência do Brasil.

Dia 1.º de agosto d. Pedro determina que toda e qualquer tropa, portuguesa ou de outra nação, que desembarcasse no território brasileiro, fosse considerada e tratada «como tropa inimiga». Dia 14 de agosto d. Pedro parte para São Paulo, onde reinavam graves discordias. Aquí chegou em 25 de agosto, tendo sido recebido triunfalmente. Depois de alguns dias na capital, visitou Santos; quando de regresso, no dia 7 de setembro, mensageiros vindos do Rio (Paulo Emilio Bregaro e major Antonio Ramos Cordeiro), tra-



D. Pedro I

ziam notícias sobre novas represalias das cortes portuguesas contra o Brasil. Num gesto voluntarioso, muito do seu feitio, o príncipe, pondo seu cavalo a galope, gritou a todos pulmões: «Independência ou Morte», brado que foi repetido por toda a sua comitiva. Paulo A. LANCASTRE.

## Pesquisa e texto de Vera Taroda

Três datas, alusivas a acontecimentos de significativa importância para a História do Brasil, estarão sendo comemoradas nesta semana: os 16 anos de fundação de Brasília, a Capital Federal, o sacrifício de Tiradentes, há 184 anos — ambas amanhã — e o 476.º aniversário do descobrimento do Brasil, por uma esquadra portuguesa comandada por Pedro Álvares Cabral, depois de amanhã.

### TIRADENTES

Vinte e um de abril de 1792. No largo da Lampadosa, Rio de Janeiro, cumpria-se a sentença de morte ditada pela Coroa portuguesa contra o alferes Joaquim José da Silva Xavier, mais conhecido como Tiradentes. Seu crime: sonhar com a libertação de sua Pátria do domínio de Portugal, desejar que o Brasil fosse dos brasileiros. Na tentativa de concretizar esse sonho, ele havia participado, três anos antes, de um movimento rebelde que passou à história como "Inconfidência Mineira".

Terceiro dos quatro filhos de um pequeno proprietário rural, Joaquim José da Silva Xavier nasceu em 1746, na fazenda Pombal, entre São João (hoje Tiradentes) e São João del Rei. Orfão aos 11 anos de idade, foi sucessivamente mascate, minerador e curioso de medicina e odontologia (daí a alcunha de Tiradentes). Nesta última condição, ele se dedicava a socorrer as pessoas simples da Capitania, que conhecia de ponta a ponta, graças aos tipos de atividades que exerceu. Durante algum tempo, ele pertenceu ao Regimento de Dragões de Minas Gerais, tendo chegado ao posto de alferes.

Naquela época, quem morasse no Brasil e quisesse prosseguir os estudos tinha que se deslocar até Portugal, França ou Inglaterra, pois aqui só existiam colégios dos jesuítas. Assim, vários filhos de aristocratas rumavam para a Europa a fim de se formar em escolas superiores. Ao regressarem, passaram a difundir, na então colônia, os ideais de uma nova corrente filosófica que havia surgido no velho continente, o iluminismo, que pregava basicamente a liberdade: individual, política, comercial, etc.

Fois depois de um encontro, no Rio de Janeiro, com um desses filhos de aristocratas, José Álvares Maciel (cujo pai era o capitão-mór de Vila Rica), recém-chegado da Europa, que Tiradentes começou a pensar num movimento de libertação do Brasil do domínio português. Para tanto, passou a estabelecer contatos com várias pessoas, principalmente intelectuais.

Os intelectuais planejavam a proclamação de uma Re-

pública autônoma no Brasil. Começando em Vila Rica, a luta revolucionária deveria receber a adesão de outras regiões.

Estavam nos planos dos rebeldes a criação de uma universidade, implantação de indústrias (proibida pela Coroa portuguesa), a abolição da escravidão, e um novo regime de exploração das minas, que constituía a maior riqueza da colônia e que servia de sustentáculo à economia da metrópole.

O sistema de mineração posto em prática pelos portugueses entrará em declínio nessa época. Sendo o ouro de Minas Gerais de procedência aluvional, em sua maior parte, as jazidas começaram a esgotar-se com rapidez. Ao invés de adaptar-se a essa nova situação, a administração portuguesa no Brasil decidiu estabelecer um rígido esquema de fisco, a fim de compensar a escassez do ouro.

A coroa portuguesa chegou a estipular o quinto de ouro que iria cobrar. Quando a arrecadação não chegava ao estipulado, ela cobrava a diferença de toda a população: era a derrama, ou cobrança forçada dos impostos.

Nesse contexto, a rebelião foi marcada para o dia da derrama, mas acabou fracassando por causa de uma denúncia formulada na véspera por Joaquim Silveiro dos Reis. Os envolvidos foram presos. O processo se arrastou por três anos, durante os quais Tiradentes se manteve firme na decisão de assumir toda a responsabilidade pela conspiração e acabou sendo condenado à força. Pouco antes de ser executado ele diria: "Cumprir minha palavra, morro pela Liberdade".

Na bandeira idealizada pelos inconfidentes para a República que pretendiam fundar, havia a legenda "Libertas quae sera tamen", ou seja, "Liberdade ainda que tardia, sim!". De fato, a liberdade não tardou: trinta anos depois do sacrifício de Tiradentes — hoje considerado "o Patrono Cívico da Nação" — um príncipe português, dom Pedro, proclamava a Independência do Brasil.

(Recorte do jornal "Folha da Tarde", SP, de 20-04-1970)





# Da independência nacional à sua consolidação 7.9.

Paulo A. LENCASTRE

COM o retorno de d. João VI a Portugal (26-4-1821), o Brasil passou a ser governado por seu filho, d. Pedro, na qualidade de regente. Desde esse momento se iniciou, incessante e crescente, o movimento de forças no sentido de obter a separação do Brasil de Portugal. Cada navio que chegava da Europa ao Rio de Janeiro trazia notícias da intemperança de linguagem e de atos oficiais da Corte Portuguesa, acerca do Brasil, provocando entusiásticas manifestações nativistas em favor da nossa independência. Desenvolviam os portugueses, na Corte de Lisboa, e alguns de seus elementos na própria regência no Brasil (o conde de Loulé, por exemplo, ministro da Regência), toda sorte de baixezas com o intuito de fazer o Brasil voltar ao antigo regime colonial, existente antes da fuga da família real lusitana para o novo continente. Para tanto, ia Portugal diminuindo a autoridade do príncipe regente, que, meses apenas depois da volta de seu pai (d. João VI) estava reduzido a simples governador da cidade do Rio de Janeiro. (Calogeras — Revista especial do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — Tomo Especial — "Contribuições para a Biografia de D. Pedro II" — 2.ª Parte, Edição de 1927); e, Veiga Cabral, em "Historia do Brasil" — Curso Superior — 16.ª Edição — 1949).

## CAUSAS DA PROCLAMAÇÃO

Os acontecimentos que precipitaram a proclamação da Independência Nacional são de todos conhecidos: determinação de d. João VI, de Portugal, para o regresso imediato do príncipe regente à Europa, "para viajar e completar a sua educação, pois a sua permanência no Rio, além de desnecessária é indecorosa à sua alta gerarquia"; a pressão militar das tropas portuguesas no Brasil, principalmente contra as populações do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Maranhão, Alagoas e Pará; suspensão, por determinação do Congresso de Lisboa, da convocação dos procuradores das capitâncias, marcada pelo próprio príncipe regente; destituição da regência e organização de uma Junta Governativa para o Brasil, diretamente subordinada ao Congresso Português, até a votação da Constituição do Império; a abertura de devassa contra os que haviam evitado a ida para Lisboa dos deputados de Minas Gerais, que assim haviam procedido por conselho do príncipe regente; julgamento sumário e processo contra os membros da Junta de São Paulo, autores do manifesto de dezembro de 1821, que aconselhava o príncipe regente a desobedecer as ordens da Corte Portuguesa e pedir a Sua Alteza para não retornar à Europa — manifesto este de autoria de José Bonifácio de Andrada e Silva; a proibição taxativa do governo português de recebimento em portos brasileiros de armas e munições.

## FRAQUEZA DE PORTUGAL

Essas são, porém, as causas aparentes, de todos conhecidas, da Independência do Brasil. Todavia, assinada João Pandiá Calogeras, em trabalho denominado "A Política Exterior do Império — As Origens" — editado em 1927, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — Rio de Janeiro — o

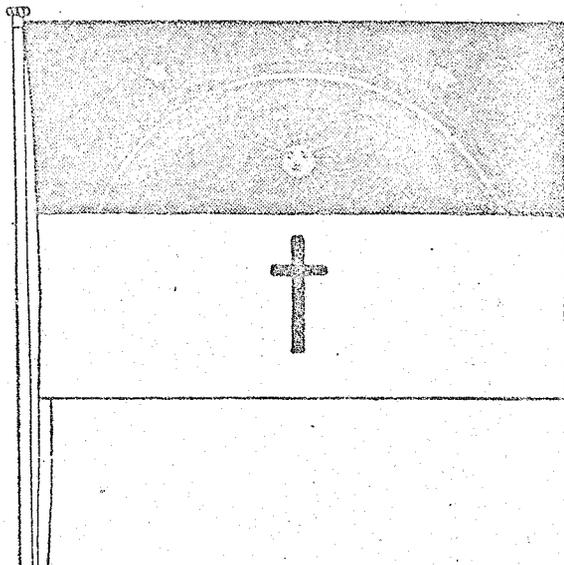
Academia de Ciências de Lisboa, presidente da Junta de São Paulo.

Dentre muitas outras iniciativas de menor importância, José Bonifácio providenciou: pacificação de Minas Gerais, então dividida, uma parte desejando a República, outra a Independência do Brasil; conclusão das lutas entre a cidade de Santos e São Paulo; reintegração da Bahia, em luta a capital contra o Recôncavo, aquela sob pressão odiosa das tropas de Madeira (português) e o resto em decomposição, por falta de recursos materiais de combate; reintegração, no problema nacional, das Províncias do norte, Maranhão, Pará, Ceará e Alagoas, que, por estarem mais próximas da Metrópole (Portugal) se entendiam diretamente com

importante na independência do Brasil foi a conservação do país, na sua conformação geográfica e territorial, "o que se deveu — afirma aquele historiador — à clarividência e à energia do estadista José Bonifácio, e à previdência de Cochran, tanto quanto à franqueza de Portugal".

As lutas da libertação em nossa pátria se desenvolveram durante mais de quinze meses, eis que, proclamada a independência, em 7 de setembro de 1822, no fim de 1823, "estava o território brasileiro inteiramente liberto de forças estrangeiras (portuguesas), de ocupação" (obra citada de Calogeras, pag. 486). Enquanto

## Republica



Em 1817, foi instituída a República de Pernambuco, da qual o clichê reproduz a bandeira

isto, só em 1824 a última possessão da coroa de Castela — Espanha — se libertava (o Peru); após mais de quinze anos de contínua campanha em prol da independência, sendo que o retalhamento das antigas colônias se verificara, como meio único de alcançar a libertação desejada (Argentina, Paraguai, Chile, Bolívia, Equador, Peru, Venezuela, Colômbia). De uma vasta região de colônias, (da Espanha e de Portugal), em decada e meia, surgia um continente de povos livres e independentes, mas só o Brasil conseguira manter-se uno territorialmente, não obstante a vastidão do seu território.

## JOSÉ BONIFÁCIO

O processo da independência nacional, como movimento coordenado, sem contar as demonstrações nativistas constantes, permanentes, verificadas nas diversas Províncias, isoladamente, com desejos de liberdade regional, como foram os casos de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul, de Pernambuco, da Bahia, sendo que em Pernambuco foi mesmo instituída a República de Pernambuco — 1817 — com bandeira e tudo, teve início quando, para ocupar a vaga do ministro português, Francisco José Vieira, que se exonerara "por lealdade para a mãe-pátria", o príncipe regente nomeara, em seu lugar, José Bonifácio de Andrada e Silva — paulista — professor em Coimbra, secretário da

a Corte, em Lisboa, e não viam com bons olhos muitas das determinações da regência; uniformidade de pensamento no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.

Proclamada a Independência, José Bonifácio compreendeu que a razão da resistência das forças de ocupação (portuguesas) era a livre comunicação marítima entre o novo país e Portugal. Dupla face assumira o problema: debeir o adversário em terra, impedir o renunciamiento por mar. A primeira parte acudira, com bravura, a energia nativista, robustecida pelos reforços, comandados por Labatut. A segunda deveria dar solução Lord Crochran, convidado por José Bonifácio para reorganizar a Marinha Imperial do Brasil.

Em menos de um ano a situação era de completo êxito. Madeira abandonara a luta na Bahia, em 2 de julho de 1823; no Maranhão e no Pará, as tropas portuguesas foram desbaratadas, respectivamente, em 27 de julho e 11 de agosto de 1823; e em 18 de novembro daquele mesmo ano, as tropas do general Lecor, depois de longo cerco (mais de um ano), expulsavam as tropas portuguesas da Província Cispatina e faziam tremular em Montevideo a bandeira do Brasil. Em fins de 1823 estava, portanto, cumprida a missão de José Bonifácio, de aversantar ao mundo um imenso país independente e com absoluta unidade de comando e pensamento.



# ITINERÁRIO DO BRASIL

## UM MÁRTIR DA INDEPENDÊNCIA

EDUARDO TOURINHO

QUANDO a 11 de julho de 1788 tomou posse — em Vila Rica — do governo da capitania de Minas Gerais, o capitão-general Luís Antônio Furtado de Mendonça, então Visconde de Barbacena, eram os habitantes devedores à Real Fazenda da avultada soma de quinhentas e trinta e oito arrobas de ouro proveniente do rendimento do quinto em atraso. As INSTRUÇÕES trazidas pelo novo governador definiam a maneira de proceder à cobrança: a derrama.

Muitos pensaram em abandonar as minas... Uma ameaça revolucionária pairava no ar... De volta do Rio de Janeiro à Vila Rica, o alferes Joaquim José da Silva Xavier procurava fazer prosélitos por onde passava. A sua loquacidade perdeu-o... Mas a verdade é que a chamada INCONFIDÊNCIA MINEIRA pareceu, por largo tempo, um alarde de serviços do governo colonial à Metrópole. Ocorreu numa época em que era vedada a publicidade de questões de tal ordem. Pouco soube o povo dos sofrimentos dos réus de Vila Rica trazidos para o Rio. Ribeyrolles escreveu que se conhecia, apenas, a versão dos juízes.

Foi Southey quem — na HISTÓRIA — teve a primazia de publicar detalhes da conjuração de 1789. Coube ao conselheiro José de Rezende Costa traduzir o publicado, que a revista do Instituto Histórico estampou em 1846.

Após pacientes e demoradas pesquisas, pôde o benemérito Joaquim Norberto de Souza Silva traçar a melhor HISTÓRIA DA CONJURAÇÃO MINEIRA. Ao Instituto, leu a primeira parte desse excelente trabalho pelos fins de 1860. Mas, publicada a obra, revelaram-se pequeninos e acanhados o perfil do TIRADENTES e seu papel na trama revolucionária. O verídico retrato e a definida ação daquele que a ignorância de cronistas e historiógrafos transformara em epigono do movimento, despertaram apaixonadas e injustas reações. Foi então que Sílvio Romero — entrando em campo — lucidamente escreveu: — ... «O livro de Norberto, bem longe de reacionário é um livro animado de fortíssimo espírito liberal e alentados aspectos democráticos.»

Mas, de qualquer forma, o TIRADENTES tornou-se um símbolo: injusta e cruelmente levado à força, sintetiza os mártires da luta pela independência política do Brasil. Foram muitos e entre esses muitos estão os que participaram da chamada CONSPIRAÇÃO REPUBLICANA DA BAHIA, em 1798 e os da revolução pernambucana de 1817. Foram mais dura e terrivelmente reprimidas do que a chamada INCONFIDÊNCIA MINEIRA.

Executado a 21 de abril de 1792, o alferes Joaquim José da Silva Xavier — o TIRADEN-

TES — integrou-se perpétuamente na história pátria.

Na certidão assinada pelo desembargador Francisco Luís Álvares da Rocha — dos Agravos da Relação desta cidade e escrivão da comissão que inquiriu os Inconfidentes — está dito que o réu «foi levado ao lugar da forca levantada no Campo de S. Domingos e nela padeceu morte natural, e lhe foi cortada a cabeça e o corpo dividido em quatro partes.»

Representou o suplício a última consequência da denúncia apresentada por Joaquim Silvéio dos Reis ao governador das Minas Gerais no dia 15 de março de 1789. Onze implicados no movimento foram degradados para a África. Do



A ESTATUA de Tiradentes ergue-se imponente, diante do edifício da Câmara dos Deputados, na capital da República. Homenagem respeitosa ao Precursor de Nossa Independência.

Rio partiram a 23 de maio de 1792. A nau Nossa Senhora da Conceição levou Gonzaga a Moçambique. De nada lhe valeram as alegações de que nascera em Portugal — onde tinha pai magistrado — e as belas líricas à Marília. Para Angola — na Princesa do Brasil — seguiram o poeta Alvarenga Peixoto e o dr. Álvares Maciel. Para Cabo Verde — em degrêdo por dez anos — foi-se o conselheiro José de Rezende Costa. Em 1841 veio, porém, a representar Minas na Constituinte. O poeta Cláudio Manoel da Costa encerrou seus dias na cadeia de Vila Rica, a Ouro Preto dos dias presentes. Suicídio? Assassínio? Biparte-se a opinião dos perquiridores da história brasileira.

Que era o Campo de S. Domingos no momento da execução do TIRADENTES? Na primeira metade do século XVIII dava-se esse nome ou o de Campo do Rosário à área de brejo e charcos estendida do término da atual Rua da Uruguaiana aos começos da chamada Cida de Nova. De 1769 em diante, conhecia-se como Campo de S. Domingos o espaço vago entre a Rua da Alfândega e o sopé dos morros da Conceição e do Livramento.

Mas — para muitos — fôra a forca erguida no quadrado então formado pelas atuais ruas da Constituição e Visconde do Rio Branco — de um lado — e a Regente Feijó e a do Núncio do outro. Essa área, porém, era chamada Campo da Lampadosa. Em 1792, um e outro campo estavam separados pelos quarteirões habitados: entre as ruas da Alfândega e Constituição. Essa terminava no antigo Largo do Rócio, depois: Praça da Constituição, Praça Tiradentes, Praça da Independência para, finalmente, voltar de novo a chamar-se Praça Tiradentes.

Num minucioso trabalho, Miguel Lemos indica o ponto certo do cadafalso: entre as ruas da Constituição e Visconde do Rio Branco, em local na época ocupado por certa empresa funerária. Vieira Fazenda, entretanto, era de outro aviso: nas ANTIQUALHAS E MEMÓRIAS DO RIO DE JANEIRO, aponta o Campo da Polé — que era perto da igreja da Lampadosa e por trás do Teatro JOÃO CAETANO.

Na certidão do escrivão da alçada está dito o «lugar da forca no campo de São Domingos». Eram onze horas do dia 21 de abril de 1792 quando — em longo préstio — chegou TIRADENTES ao local da execução, sob a guarda de três regimentos. Subiu, lesto, ao patíbulo, olhou no crucifixo, sem qualquer mingua de coragem. Por duas vezes pediu que se apressasse o suplício. Nem isso obteve. O guardião do Convento de Santo Antônio — frei José de Jesus Maria do Destêro — fez uma prática e rezou vagaroso, o credo dos Apóstolos que o TIRADENTES, voz apagada, repetiu. Depois, o algo impeliu a vítima... Era o «complemento do assassinato judiciário»...

A cabeça do mártir foi levada para Vila Rica e «os quartos» espalhados pelos caminhos. A certidão do ato foi escrita com o sangue ainda quente do TIRADENTES. A casa que habitava foi demolida. O chão foi coberto de sel. O «padrão de infâmia» levantou-se no lugar. Mas constitucionalizado o Brasil, o governo provisório — em Ouro Preto — fez tombar o «padrão de infâmia» e, no lugar, ergueu um edifício.

Símbolo dos mártires da Independência do Brasil, vive o TIRADENTES no coração e na memória do povo brasileiro.



# O Grito do Ipiranga

(Copyright para os "Associados")

PLÍNIO SALGADO

O primeiro ato de D. Pedro, depois do "grito", foi a organização do seu ministério, que ficou assim constituído: Guerra, marechal Joaquim de Oliveira Álvares; Fazenda, Caetano Pinto de Miranda Montenegro; Marinha, Manuel António Farnha; Negócios do Reino e Estrangeiros, José Bonifácio de Andrada e Silva. A este estava reservado um papel de tal relevância na preparação da nossa emancipação política, que foi chamado "Patriarca da Independência".

Era José Bonifácio homem de rara cultura como naturalista, poeta e pensador. Viagara durante dez anos pelos principais países da Europa, frequentando cursos e convivendo, com os luminaristas da ciência. Regressando a Portugal, foi nomeado professor da Universidade de Coimbra, Intendente Geral das Minas, Superintendente das obras do rio Mondego, Administrador das minas de ferro de Figueiró dos Vinhos e Desembargador. Além de cientista, literato, professor e administrador, possuía também virtudes militares, notabilizando-se como tenente-coronel do Batalhão Académico, nas lutas pela expulsão dos franceses de Portugal. Membro da Academia de Ciências de Lisboa, ao despedir-se de seus contradeiros, em 1819, disse, ser tempo de regressar à sua Pátria, filha de Portugal, que "estava montando a sua casa". Fixou residência em Santos, sua terra natal. Em 16 de janeiro de 1821, foi nomeado ministro.

A tarefa de José Bonifácio era, agora, da maior responsabilidade. Tinha de enfrentar as Cortes de Lisboa, e de evitar, internamente, as brigas entre os partidos chamados "português" e "brasileiro", sobretudo contra os excessos deste, inflamado por um nativismo exagerado e um excessivo liberalismo que levavam à anarquia. Conselheiro do príncipe, seu objetivo era fortalecer a autoridade deste, a fim de que pudesse impedir as desordens que lavravam em todas as províncias, prejudicando o desenvolvimento de uma política hábil, que nos levaria facilmente à independência, ligando esta à dinastia portuguesa, o que traria, como resultado, a manutenção da unidade nacional.

Entre os exaltados se contavam brasileiros ilustres, como Joaquim Gonçalves Ledo, José Clemente Pereira, Joaquim da Cunha, Barbosa e Luís Pereira da Nóbrega Coutinho, os quais, excetuando o primeiro, por haver fugido para Buenos Aires, foram presos e deportados para a França.

Dois medidas vinham sendo tomadas: a cri-

ção de um Conselho de Procuradores, eleitos em todas as províncias e enviados ao Rio de Janeiro, para colaborar com o príncipe, em funções legislativas, e a preparação de forças militares para defender o País contra qualquer surpresa advinda das Cortes de Lisboa.

Foi ordenado às Juntas das Províncias que não permitissem o desembarque de forças portuguesas. Em maio, teve de regressar a Portugal a esquadra comandada por Maximiliano de Souza, que trazia tropas para substituir as de Avilez. Ocorreram complicações nas províncias. Em São Paulo, grave crise entre os próprios paulistas. Numeroso grupo hostilizava Martin Francisco, irmão de José Bonifácio. O príncipe deliberou ir, pessoalmente, acalmar as paixões. Noiteando sua esposa, dona Leopoldina, para substituí-lo, como regente provisória, seguiu para a terra bandeirante.

As viagens naquele tempo eram penosas, feitas a cavalo, havendo necessidade de vários dias para ir do Rio à Capital paulista. No primeiro dia, D. Pedro e sua comitiva pousaram na fazenda de Santa Cruz. Do segundo em diante, foram notando em vários pontos, desistando-se as cidades de Lorena e Pindamonhanga, nesta organizando-se a guarda-de-honra do príncipe. A porção que seguia a viagem, aumentava o número de pessoas incorporadas à marcha, que parecia triunfal e predestinada. A última pousada foi na Penha. Foram enviados emissários para anunciar a chegada do príncipe. No dia 25 de agosto, seguido pela guarda-de-honra em vistosos uniformes, cavalgou para São Paulo. Os sinos anunciaram a sua chegada. Os sinos começaram a repicar e a artilharia a salvar. Trânsito D. Pedro o arco triunfal que se erguia à entrada da cidade. O povo prorrompeu em delirantes aclamações. O príncipe aprou-se, sendo recebido pelo Senado da Câmara com seu estandarte alçado, pelo bispo diocesano e o clero. Tinha-se erguido um altar, onde D. Pedro orou; depois, formou-se uma procissão, a caminho da Sé, indo o príncipe de baixo do pálio. Nas ruas, por onde passava o cortejo, as janelas das casas estavam guarnecidas de colchas de seda. Celebrou-se um "Te-Deum". A noite, acenderam-se lâmpadas; tocavam bandas de música e a multidão regurgitava nas ruas. Era o Brasil que já se sentia independente.

No dia 5 de setembro, com a sua comitiva, D. Pedro seguiu para Santos, onde passou todo o dia 6. Na manhã de 7, regressou a São Paulo.

em cujas proximidades a guarda-de-honra e a comitiva se distanciaram, indo esperá-lo à margem do regato Ipiranga.

Do Rio tinham vindo dois portadores, que eram Paulo Emílio Bregaro e António Ramos Cordeiro. Encontrando o príncipe, que estava em companhia do padre Belchior, entregaram-lhe a correspondência, constante de cartas da princesa e de José Bonifácio, acompanhadas dos decretos que tinham vindo de Lisboa. Os decretos anulavam vários atos de D. Pedro, mandavam processar criminalmente os que houvessem desobedecido às ordens da metrópole, exigiam novo ministério da confiança das Cortes e determinavam o regresso do regente a Lisboa.

Inferindo-se de tudo, D. Pedro explodiu com o grito: "É tempo! Estemos separados de Portugal! Num gesto de raiva, arrancou o laço português que trazia no chapéu, atirando-o ao chão. Esporeando o cavalo, foi ao encontro da guarda-de-honra, que se achava na colina próxima ao riacho. Os cavaleiros rodearam D. Pedro, e este exclamou: "Amigos, as Cortes de Lisboa querem escravizar-nos. De hoje em diante, nossas relações estão quebradas. Já nenhum laço nos une". Desembarbaram a espada. Todos fizeram o mesmo. Eram quatro horas da tarde. O príncipe bradou: "Telo meu sangue, pela minha honra, pelo meu Deus, juro fazer a liberdade do Brasil". E, com todas as forças, lançou o grito célebre: "Independência ou morte!"

A noite realizou-se, no teatro, em São Paulo, um espetáculo de gala, em homenagem ao príncipe, com hinos patrióticos e indescritível entusiasmo. Consta que D. Pedro, que se dedicava à música, naquele dia compôs o hino para o qual foram adaptadas as letras que começam pelos versos: "Já podeis, da Pátria filhos, ver contentes a mãe gentil; já raui a liberdade, no horizonte do Brasil".

O regresso para o Rio foi efetuado em marchas forçadas. Saíndo de São Paulo pela madrugada do dia 10, chegou o príncipe ao Paço de São Cristóvão, na noite de 14. O entusiasmo que inundou a Capital do Reino era explosivo.

No dia 12 de outubro foi D. Pedro solenemente aclamado Imperador do Brasil. Ele, a quem fora conferido, desde o episódio do "grito", o título de "Defensor Perpétuo", tornou-se, agora, definitivamente, mais do que o sustentáculo da Independência da nossa Pátria, a garantia da unidade nacional brasileira.

(Extraído do "Diário de São Paulo" de S. Paulo, edição de domingo, dia 05-setembro-1971, artigo de autoria de Plínio Salgado)

## PRAÇA DA INDEPENDENCIA DO BRASIL

A Data da Independencia do Brasil tem sido lembrada sempre - pelo amor que todos nos votamos a nossa patria. Ou praça da Independência, ou Praça 7 de Setembro ou outra qualquer que evo-- que o grande evento que foi porta da liberdade do Brasil, etc--

**INDEPENDENCIA (Independência) DO BRASIL** — Este acontecimento, o mais importante da história política do Brasil, teve lugar nos campos do Ipiranga, a menos de uma légua, ou 5,5 quilômetros da cidade de São Paulo. Eis como o referem ilustrados escritores, fundados no testemunho de pessoas contemporâneas, dignas de todo o crédito, dos quais coligimos em resumo esta notícia:

O príncipe regente D. Pedro, que desde o dia 25 de agosto de 1822 estava em São Paulo, para onde tinha vindo com o fim de acalmar os ânimos excitados pelos acontecimentos do dia 23 de maio do mesmo ano, tinha feito no dia 5 de setembro uma digressão à vila de Santos, e achava-se no dia 7 no alto do Ipiranga, pelas 4 horas da tarde, em viagem de volta para a cidade de São Paulo, quando nesse lugar recebeu um expresso com officios do seu primeiro ministro José Bonifácio de Andrada, nos quais lhe transmitia as ordens recebidas do Governo de Portugal, ordenando a sua retirada do Brasil, e desaprovando outros atos do mesmo príncipe.

O príncipe apenas acabou de ler as comunicações, tirando o chapéu, e com voz vibrante e resoluta, como quem naquele momento solene traduzia e realizava os mais caros anelos de um grande povo, bradou: *Independência ou morte!* e aproximando-se dos soldados de sua guarda, assim lhes fala: *Camaradas! As Cortes de Portugal querem mesmo escravizar o Brasil, cumpre, portanto, declarar desde já a sua independência, laços fora!*... Todos os circunstantes arrancam imediatamente o laço português e o cortam em pedaços. *D'ora em diante*, continuou o príncipe, *traremos todos outro laço de fitas verde e amarelo, que serão as cores brasileiras.* Neste momento, a guarda, que já se havia formado em linha, respondeu com o mais estrepitoso entusiasmo: *Independência ou morte!!!*

Então o príncipe, apressando a marcha, e saudado por todo o trajeto com incessantes vivas, entrou na cidade de São Paulo pelas cinco e meia horas da tarde; só então foi que os seus habitantes tiveram conhecimento do que se havia passado, e começaram as manifestações de entusiasmo.

A noite a cidade iluminou-se espontaneamente e o povo, em tropel unânime de alegria, percorreu as ruas, manifestando o entusiasmo patriótico em vivas retumbantes à independência e ao príncipe regente. A companhia dramática, então existente, improvisou na noite desse dia um espetáculo para o fim de solenizar o glorioso acontecimento; o teatro era estreito para conter o povo que queria celebrar nessa noite com o príncipe regente a primeira festa da independência.

Ora em pé, ora sentado, sempre lhano e urbano, agradeceu ele com gestos e com sorrisos as demonstrações jubilosas de que era causa e objeto. Em um dos intervalos, o padre Ildefonso Xavier Ferreira, assomando à frente do camarote n. 11, com voz de profunda comoção,

(Denominação dada pelo Decreto 6517 de 08-julho-1981, à praça sem denominação da Vila Mimosa, circundada pelas Ruas das Azaléas, das Cravínias e das Magnólias)

